



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE TECNOLOGIA E GEOCIENCIAS
DEPARTAMENTO OCEANOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM OCEANOGRAFIA

MEYRIANE DE MIRA TEIXEIRA

**UM ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE O PATRIMÔNIO CULTURAL MUNDIAL DA
CIDADE DE OLINDA-PE E A GESTÃO MUNICIPAL DA ORLA: Análise
Documental e Espacialização**

RECIFE

2022

MEYRIANE DE MIRA TEIXEIRA

**UM ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE O PATRIMÔNIO CULTURAL MUNDIAL DA
CIDADE DE OLINDA-PE E A GESTÃO MUNICIPAL DA ORLA: Análise
Documental e Espacialização**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Oceanografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Oceanografia. Área de concentração: Oceanografia Abiótica.

Orientadora: Profa. Dra. Monica Ferreira da Costa.

Recife

2022

Catálogo na fonte
Bibliotecário Gabriel Luz, CRB-4 / 2222

T266e Teixeira, Meyriane de Mira.
Um estudo da relação entre o patrimônio cultural mundial da cidade de Olinda-PE e a gestão municipal da orla: análise documental e espacialização / Meyriane de Mira Teixeira. 2022.
62 f: il.

Orientadora: Profa. Dra. Monica Ferreira da Costa.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CTG.
Programa de Pós-Graduação em Oceanografia, Recife, 2022.
Inclui referências.

1. Oceanografia. 2. Patrimônio histórico e cultural. 3. Indicadores qualitativos. 4. Diagnóstico. 5. Planejamento. I. Costa, Monica Ferreira da (Orientadora). II. Título.

UFPE

551.46 CDD (22. ed.)

BCTG / 2023 - 96

MEYRIANE DE MIRA TEIXEIRA

**UM ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE O PATRIMÔNIO CULTURAL MUNDIAL DA
CIDADE DE OLINDA-PE E A GESTÃO MUNICIPAL DA ORLA: Análise
Documental e Espacialização**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Oceanografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em oceanografia.

Aprovada em: 29 / 04 / 2022.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MONICA FERREIRA DA COSTA**
Data: 23/05/2023 12:43:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Monica Ferreira da Costa (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Documento assinado digitalmente
 **TEREZA CRISTINA MEDEIROS DE ARAUJO**
Data: 26/05/2023 07:51:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Tereza Cristina Medeiros de Araujo (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Documento assinado digitalmente
 **MARIA CHRISTINA BARBOSA DE ARAUJO**
Data: 29/05/2023 18:25:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Maria Christina Barbosa de Araujo (Examinador Externo)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

AGRADECIMENTOS

Ao Projeto “Subsídios para avaliação da transferência da gestão das praias marítimas urbanas aos Municípios (ATAGP)” UFSC-FURG-UFPE e SPU/Praias (Ministério da Economia do Brasil) pelo arcabouço teórico que originou e fomentou este trabalho.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações pela bolsa de Mestrado durante os 24 meses de curso.

E, sobretudo, a minha orientadora Monica Costa, sem a qual nada disso seria possível.

RESUMO

Desde o século XV a colonização por potências europeias ocidentais se deu a partir do litoral, tanto como via de entrada e saída de bens e pessoas nas terras recém anexadas a seus impérios quanto como espaço de ocupação permanente, existe um extenso e diverso patrimônio arquitetônico e cultural costeiro ainda fortemente presente nas cidades. Esse caso tão comum em toda a América e também na África e Ásia pode ser exemplificado pela cidade pernambucana de Olinda. Esse patrimônio, sobretudo o arquitetônico tanto foi preservado quanto evoluiu com as cidades e ambientes costeiros nos mais de 500 anos desde o início de sua construção. Para sua continuada existência e segurança para as próximas gerações, é necessário que receba tratamento diferenciado nos planos e ações municipais, estaduais e federais. Sendo assim, este trabalho se propõe a identificar unidades patrimoniais em Olinda que estejam potencialmente localizados no âmbito das ações do Projeto ORLA e da gestão municipal de praias urbanas, analisando-os e propondo opções de indicadores de gestão para os mesmos. São apresentados aqui 12 candidatos a serem utilizados como experimentos de gestão costeira integrada da orla através de projetos que valorizem e contribuam na sua preservação e uso pela população local e visitantes/turistas. As unidades patrimoniais abordadas neste trabalho datam de 1631 a 2001, sendo prédios públicos e privados, duas praças, um forte, três igrejas, uma estátua e um parque natural de restinga. Dos doze itens eleitos para este estudo, sete encontram-se em uma área onde haverá intervenção direta do Projeto Orla e do Termo de adesão a Gestão de Praias - TAGP, quando aprovado. Outros quatro estão na área de influência indireta e apenas um em área onde incidem apenas diretrizes do Plano Diretor da Cidade. São feitas sugestões de indicadores para monitoramento da evolução de sua gestão, assim como possibilidades de sua integração nos planos oficiais existentes para esse território. Embora Olinda conte com planos de ordenamento territorial urbanos e de usos da orla marítima, inclusive e especialmente para praias, o patrimônio histórico-cultural presente nesses espaços é considerado de forma acanhada, o que pode ser resultado de diversos processos, como por exemplo a necessidade constante de ações que atendam outras prioridades combinada com a crônica escassez de recursos públicos. Assim, mais uma vez, confirmando o lugar menos privilegiado que ocupa a história e a cultura em nosso cotidiano urbano moderno.

Palavras-chave: patrimônio histórico e cultural; indicadores qualitativos; diagnóstico; planejamento.

ABSTRACT

Since the 15th century, colonization by Western European powers took place along the coast, both as a way for goods and people to enter and leave the lands recently annexed to their empires and as a space for permanent occupation, there is an extensive and diverse coastal architectural and cultural heritage still strongly present in the cities. This case so common all over America and also in Africa and Asia can be exemplified by the Pernambuco city of Olinda. This heritage, especially the architectural heritage has both been preserved and evolved with the cities and coastal environments in the more than 500 years since the beginning of its construction. For its continued existence and safety for the next generations, it is necessary that it receives differentiated treatment in municipal, state, and federal plans and actions. Thus, this work proposes to identify heritage units in Olinda that are potentially located within the scope of the Projeto ORLA actions and the municipal management of urban beaches, analysing them and proposing management indicator options for them. Twelve candidates are presented here to be used as experiments in integrated coastal management of the Orla through projects that enhance and contribute to its preservation and use by the local population and visitors/tourists. The heritage units addressed in this work date from 1631 to 2001, being public and private buildings, two squares, a fort, three churches, a statue, and a sandbank natural park. Of the twelve items elected for this study, seven are in an area where there will be direct intervention from the Projeto ORLA and TAGP, when approved. Another four are in the area of indirect influence, and only one is in an area where only directives of the City's Master Plan are in effect. Suggestions are made for indicators to monitor the evolution of its management, as well as possibilities of its integration in the existing official plans for this territory. Although Olinda has urban land-use plans for the seaside, including and especially for the beaches, the historic-cultural heritage present in these spaces is considered in a shy way, which may be the result of several processes, such as the constant need for actions to meet other priorities combined with the chronic shortage of public resources. Thus, once again, confirming the less privileged place that history and culture occupy in our modern urban daily lives.

Keywords: cultural heritage; qualitative indicators; diagnosis; planning.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Atualmente no Brasil encontram-se 15 dos 1154 sítios da UNESCO, dentre eles o sítio histórico de Olinda, em Pernambuco.	14
Figura 2 –	Mapa da área de estudo e unidades de patrimônio histórico-cultural eleitas para análise.	25
Figura 3 –	Linha do tempo a partir da perspectiva de levantamento documental voltado para políticas em esferas locais, estaduais, federais e mundiais acerca da gestão da orla e do patrimônio.	30
Figura 4 –	Aprovada junto ao manual do Orla de 2022 demonstra como são delimitados os limites de gestão	32
Figura 5 –	Corte lateral do clube atlântico com os cenários atual, tendencia e desejado	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Propostas de Indicadores de Acompanhamento e Classificação de Itens de Patrimônio Histórico-cultural Costeiro Urbano.	27
Tabela 2 – Itens de Patrimônio Identificados e seus Atributos.	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CIRM	Comissão Interministerial Para os Recursos do Mar
GI-GERCO	Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PAF-ZC	Plano de Ação Federal para a Zona Costeira
PD	Plano Diretor
PGI	Plano de Gestão Integrada
PNGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PO	Projeto ORLA
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
TAGP	Termo de Adesão a Gestão de Praias
UC	Unidade de Conservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZEE	Zona Econômica Exclusiva
ZEEC	Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro
ZEPC	Zona Especial de Proteção Cultural

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	OBJETIVOS	19
3	MATERIAIS E MÉTODOS	20
3.1	DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	20
3.2	AS PRAIAS DE OLINDA A SEREM INCLUÍDAS NO TAGP E SUA RELAÇÃO COM O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO	23
3.3	CLASSIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA ORLA DO MUNICÍPIO	26
4	RESULTADOS	30
5	DISCUSSÃO E CONCLUSÃO	50
	REFERÊNCIAS	57

INTRODUÇÃO

O artigo que deu suporte a essa dissertação foi submetido para a revista *Costas*, número especial do XIV Encontro Nacional do Gerenciamento Costeiro (ENCOGERCO), que ocorreu de 04 de novembro a 14 de dezembro de 2021. Neste evento parte deste conteúdo foi apresentada na forma de painel. (TEIXEIRA e COSTA, 2021). O título do manuscrito submetido é “Patrimônio histórico-cultural da cidade de Olinda e a gestão municipal da orla: uma análise documental e espacialização”.

O manuscrito teve a contribuição de outros autores, membros da equipe do projeto “Subsídios para avaliação da transferência da gestão das praias marítimas urbanas aos Municípios (ATAGP)”, que foi desenvolvido pelas universidades UFSC, FURG, UFPE e SPU/Praias (Ministério da Economia do Brasil). (D.O.U., 2018)

Através do surgimento do Termo de Adesão a Gestão de Praias (TAGP), que mais a frente será explicado dentro deste trabalho, e sua possibilidade de melhorias nas orlas municipais brasileiras, surge a necessidade de um pensamento voltado a cada uma de suas particularidades, dentre elas, as áreas com patrimônio de importância histórica e cultural.

Neste contexto, a cidade de Olinda, em Pernambuco, conhecida internacionalmente pelo seu valor turístico-histórico e através de sua singularidade na forma de colonização, além de sua proximidade com um dos laboratórios imersos na pesquisa e elaboração de diretrizes e indicadores para qualificação das orlas marítimas nacionais, é trazida como área de estudo nesta pesquisa. Importante destacar que Olinda não vem como um local isolado na aplicação das ideias propostas neste trabalho, mas sim, como uma forma de trazer o olhar a esta demanda especializada.

O projeto que traz consigo a formulação e qualificação do TAGP, nasce de uma ação do Plano de Ação Federal da Zona costeira (PAF-ZC) que é formulado pelo grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO) e pela Comissão Interministerial para os recursos do Mar (CIRM) e coordenada pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

O IV PAF-ZC, teve vigência de 2017-2019, composto por várias ações, na qual se destaca dentro deste trabalho a ação 7: Desenvolver Metodologia de Avaliação dos Planos de Gestão Integrada. A ação foi trazida devido a problemas relacionados a urbanização e ocupação desordenada da orla.

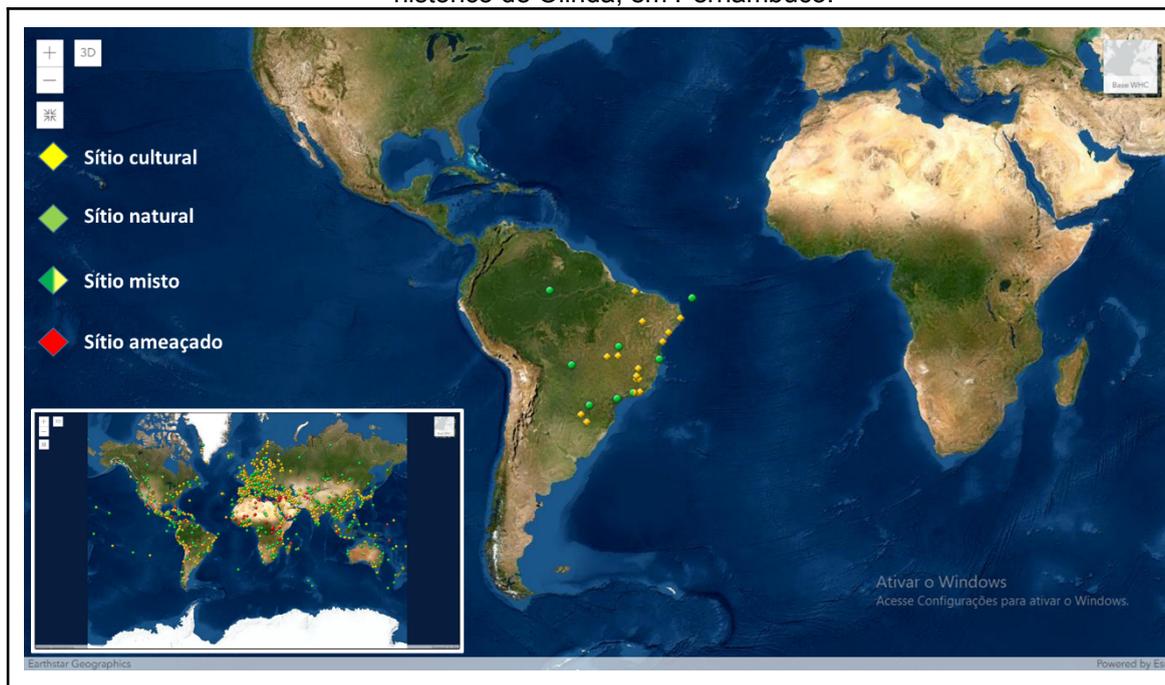
Mas primeiro, tratemos de um entendimento geral sobre patrimônio e sua importância mundial, seu reconhecimento em escala nacional e por último, uma contextualização sobre a cidade de Olinda a partir de parâmetros físicos, geológicos, sociais e patrimoniais.

A maior densidade relativa da ocupação humana das zonas costeiras não é um fenômeno recente. Ele acompanha as sociedades de todo o mundo há milênios. Existem evidências de ocupações humanas mais densas do que no interior e que conseqüentemente se tornaram patrimônios histórico-culturais desde o período pré-colombiano (ex. sambaquis), durante o período colonial (ex. fortificações) até o presente (ex. museus, estátuas, monumentos).

Desde o período colonial muitos desses patrimônios estiveram, ou ainda estão, sob a responsabilidade de instituições como o Exército, a Marinha e a Igreja Católica – além de empresas e indivíduos. Apenas recentemente, desde o final do século XIX e início do século XX, passaram a ser geridos também por outros entes públicos (ex. IPHAN, Governos Estaduais, Prefeituras).

Muitos desses sítios são privilegiados por reconhecimento e proteção em nível mundial, podendo contar com a proteção, visibilidade e financiamento como os conferidos àqueles que constam da lista do Patrimônio Mundial da UNESCO (Figura 1).

Figura 1 – Atualmente no Brasil encontram-se 15 dos 1154 sítios da UNESCO, dentre eles o sítio histórico de Olinda, em Pernambuco.



Fonte: UNESCO - World Heritage List (<https://whc.unesco.org/en/list/&order=country#alphaB>).

A UNESCO foi formada após a Segunda Guerra Mundial para tratar de questões culturais e ambientais entre os membros das Nações Unidas. Em 1972, os países membros assinaram uma convenção referente aos patrimônios natural e cultural dessas nações. A Convenção prevê a existência de dois tipos de patrimônio, o tangível (sítios naturais e construídos, edificações e objetos) e o intangível (manifestações culturais da gastronomia, música, artesanatos, dentre outros); ou tangível e intangível. Ela também define patrimônio como sendo o legado deixado de geração em geração, sendo por isso um recurso transgeracional com potencial de promover mudanças na qualidade de vida das populações que dele se beneficiam, sejam elas humanas ou não-humanas.

Para participar da lista dos patrimônios protegidos pela UNESCO, um patrimônio deve ser nomeado a partir de mobilização local, auditado e finalmente proclamado pela Comissão responsável. Esses patrimônios constituem hoje as “joias da coroa” dos sítios naturais e construídos, dos objetos e culturas que conhecemos. Seu status especial é importante para protegê-los não apenas de mudanças nos valores locais ao longo do tempo histórico, mas também contra as prementes e crescentes ameaças diretas e indiretas das mudanças globais e climáticas. Existe até mesmo um ramo da ciência que trata da pesquisa e

desenvolvimento das melhores condições de conservação e restauro desse patrimônio, chamado *heritage science*.

Infelizmente, nem todos os patrimônios gozam de tais privilégios e visibilidade. Alguns, apesar de seu valor intrínseco, permanecem ainda mais vulneráveis tanto do ponto de vista físico quanto institucional. Nesse caso inclui-se o patrimônio histórico-cultural da Orla de diversas cidades.

A existência desses elementos históricos e culturais é fato na maioria das cidades costeiras Americanas, e não são exceções nem em praias parcialmente urbanizadas e rurais em Pernambuco, no Brasil e ao redor do mundo. Este trabalho teórico-prático vem como uma proposta crítica do patrimônio histórico-cultural da Orla da cidade de Olinda em Pernambuco, que pode ser amplamente replicada/customizada em outros locais. Ele trás uma análise do patrimônio através da pesquisa teórica para entender o estado das edificações em grau de preservação, qual a entidade protetora deste patrimônio, quem faz sua gestão atual, etc. Este levantamento de dados leva ao resultado através de propostas de melhorias em cada edificação estudada.

A exposição de patrimônio cultural ao longo de Orlas marítimas pode ter diversas manifestações (MOREIRA *et al.*, 2015). Em Pernambuco existem diversos exemplos de fortificações, igrejas, esculturas que estão situadas em Orlas marítimas e fluviais que no futuro podem também receber um olhar diferenciado em termos da integração de sua gestão em planos de uso do espaço, sejam eles federais, estaduais ou municipais. Assim também é em outros estados brasileiros, onde o gerenciamento costeiro está mais ou menos desenvolvido, e onde o nível de adesão dos municípios ao novo modelo de gestão de praias também varia (Scherer *et al.*, 2020).

As praias de Olinda são intensamente utilizadas pela população local ou de outros municípios da Região Metropolitana do Recife, tendo pouco ou nenhum uso turístico. Essa população é carente de diversos recursos, e merecedora de oportunidades de lazer e cultura de qualidade a baixo custo. A associação da atividade de praia com a atividade cultural trazida pela integração da paisagem natural e usufruto dos elementos patrimoniais é portanto de grande importância.

Ressalta-se a vulnerabilidade desse patrimônio histórico-cultural de Olinda a eventos climáticos extremos (ex. ressacas do mar, tempestades, erosão, marés meteorológicas) devido a sua intensificação, aumento de sua frequência e duração.

Quando nos referimos a patrimônio, não estamos tratando apenas do patrimônio material, mas também do natural e do imaterial. Esses recursos possuem uma riqueza frágil associada a cultura e identidade e necessitam de políticas e modelos de desenvolvimento específicos para que se abarque sua diversidade e singularidade. É importante ressaltar que uma vez que são destruídos ou degradados, pode ser impossível recupera-los (UNESCO, 2014).

Cada vez mais esses patrimônios vêm sendo ameaçados pelas mudanças climáticas, desastres naturais, conflitos entre comunidades, a urbanização, as desigualdades econômicas e a falta de informação, por isso suas políticas devem ser revisadas e planejadas para buscar o desenvolvimento social, ambiental e econômico (como é o caso do setor turístico, por exemplo), ao mesmo tempo em que se alie ao seu uso a sua preservação (UNESCO, 2014).

Ainda segundo o manual metodológico da UNESCO de indicadores de cultura para o desenvolvimento, uma boa combinação de governança do patrimônio, é quando se consegue aliar a proteção do bem material com os seus cuidados e constante renovação, pois quando se converte o patrimônio em algo rígido, ele pode perder seu pertencimento ao presente e ao futuro.

Não obstante, sua presença nas Orlas dos municípios requer sua integração e valorização pelas ações do Projeto ORLA (a partir de agora será tratado como PO) e outros instrumentos que incidam sobre esse território, independente de quem os possui ou administra. No Brasil, as praias também são patrimônio público da União, daí a importância dessa integração com elementos históricos e culturais que estejam presentes nesses ambientes. (CRISTIANO, *et al.* 2022; OLIVEIRA e NICOLODI, 2012)

Essa integração e valorização devem ser encaradas como garantia de sua segurança (conservação) e aproveitamento máximo (uso de acordo com seu talento) pela população local e visitantes. Frequentemente são nucleadores de interesses e potenciais atratores de atividades socioculturais e econômicas (ex. turismo).

O PO é um instrumento de esfera federal que apresenta estruturas e arranjos político-institucionais para orientar a gestão na esfera municipal. Este surgiu no início dos anos 2000 e leva em consideração os tipos de praia, as estratégias de planejamento, as projeções de desenvolvimento e as necessidades da população local. Esta ferramenta é apresentada através de manuais e busca englobar tanto as políticas patrimoniais, quanto urbanas e ambientais e o seu produto é o Plano de Gestão Integrada (a partir de agora, PGI).

O PGI é formulado através de um diagnóstico técnico da Orla do município para entender quais são os cenários tendenciosos e os desejados de se alcançarem por ações e diretrizes aplicadas na Orla e nos espaços públicos remanescentes. Além disso, o PO estabelece que a formação do PGI deve ser feita através de oficinas e fóruns com a prefeitura, o Comitê gestor da Orla e com a comunidade local.

Com o objetivo de se alcançar uma boa qualidade da gestão dessas praias, em 2015 foi criada a Lei 13.240, que passa a gestão das praias até então feita pela união para os municípios através do TAGP. Ao assinar o TAGP, o município tem um prazo de até 36 meses para atualizar ou elaborar o PGI.

A implementação do TAGP tem como benefícios mais contratos e parcerias com a iniciativa privada, maior eficiência na obtenção de autorizações, melhor fiscalização das áreas da união e o direito sobre as receitas dessas atividades. Já como obrigações se inclui mediar conflitos entre os atores sociais envolvidos, promover condutas responsáveis e conscientes, criar oportunidades para a comunidade local através do implemento de receitas e proporcionar bem-estar através da saúde ambiental do ecossistema costeiro. O cumprimento das responsabilidades do termo é acompanhado pela Superintendência do Patrimônio da União Estadual (SPU/UF) através da análise dos relatórios encaminhados anualmente pelos municípios.

Todas as praias marítimas, terrenos de marinha e acrescidos são de domínio da União e geridos pela SPU. Os terrenos de marinha são uma faixa de 33 metros que inicia na linha preamar média de 1831, podendo, portanto, estarem hoje afogados ou terem se deslocado para dentro do continente (terrenos acrescidos de marinha). Quando o terreno de marinha está sobreposto à praia, se aplicam os

regramentos destinados à praia. Essa delimitação é diferente da faixa de segurança de 30 metros, contados a partir do fim da faixa de areia de acordo com a posição atual da praia e à qual é a considerada e adequada na delimitação do TAGP.

A distância entre a linha de costa e a primeira linha de edificação determina o quanto as construções poderão ser afetadas pelas intempéries e o aumento do nível do mar. O estudo dessa distância é importante para entender qual o meio de ação.

A delimitação da Orla Marítima é algo muito delicado para se estabelecer como regra, já que cada lugar apresenta características geomorfológicas muito diferentes. O Projeto Orla e o Plano Diretor são documentos de gestão, o primeiro da área costeira e o segundo do meio urbano e suas áreas de atuação se sobrepõem não formando uma fronteira linear, mas no mesmo espaço que está terminando o limite de um o outro pode já estar presente, ou seja, o urbano adentra ao espaço de Orla marítima. As medidas que serão utilizadas foram elaboradas e adequadas às particularidades de cada região.

Com este tipo de projeção, cada praia é delimitada de acordo com a linha do fim do calçadão ou começo de via urbana, que, em área urbana, é um marco espacial que costuma delimitar o fim do ambiente praial. Dessa forma, fica um pouco mais adequado às diversas morfologias de cada local.

De algumas especificidades sobre a gestão patrimonial da Orla marítima, é importante ressaltar que a praia é obrigatoriamente de uso comum do povo de acordo com a Lei 7.661 de 1988, devendo seu acesso ser garantido a qualquer pessoa e impossibilitando a implantação de estruturas rígidas ou privativas na faixa de areia de praia. As únicas estruturas fixas permitidas são as de uso sustentável de comunidades tradicionais como ranchos de pesca ou equipamentos de segurança, como é o caso de postos salva-vidas. Apesar desta lei ser bastante conhecida é frequentemente descumprida em inúmeros locais do litoral brasileiro. Em vários locais é possível se observar a exclusão do banhista a praia através de empreendimentos imobiliários ou barreiras físicas ao acesso ao mar.

2 OBJETIVOS

- Levantar e classificar exemplos do patrimônio arquitetônico, histórico e cultural costeiro da Cidade de Olinda (Pernambuco, Brasil) localizado dentro da potencial área de influência do PO e da gestão municipal de praias urbanas;

- Propor formas de integração e valorização desse patrimônio aos planos em suas diversas fases de implementação, atividades de uso e futuras intervenções neste espaço.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A Cidade de Olinda que está localizada na Região Metropolitana de Recife no estado de Pernambuco. Seus limites são a cidade de Recife ao sul, e Paulista ao norte (Figura 2). Possui importância histórica e cultural e sua fundação por portugueses data de 1535. Constituíam um território estratégico para defesa da então colônia do Brasil. O clima é tropical (As'). Suas principais atividades econômicas na época da colônia eram o extrativismo do Pau Brasil e a cultura da cana-de-açúcar. Esteve sob domínio holandês entre 1630 a 1654, o que configura muitas de suas construções (MENEZES, 2010).

Segundo dados da Prefeitura de Olinda (2023), a cidade ocupa uma área de 43,55km², dos quais 9,73km² fazem parte da ZEPEC, 1,89km² da ZEPEC 1 e 7,84km² configuram o contorno do Sítio Histórico. Em 1982, sua área histórica central foi reconhecida como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela UNESCO (segundo sítio brasileiro depois de Ouro Preto, em Minas Gerais). Com isso, a área mais conservada é o centro histórico com uma das localidades coloniais portuguesas mais bem preservadas do país, além de ter sido eleita como a capital brasileira da cultura e ser um dos mais importantes centros de artes da região nordeste.

A população no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE (2010) era de 377.779 pessoas, com uma densidade demográfica de 9.063,58hab./km². Atualmente, a população total estimada é de 393.734 pessoas (estimativa para 2021). Possui PIB per capita de R\$14.713,81 (valor de 2019). Em 2019, o salário médio mensal era de 1,8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 20.5%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 39.7% da população nessas condições.

Olinda apresenta 56,6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 41,8% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 17,9% de

domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). (IBGE, 2022).

Segundo o Plano Diretor de Olinda (PD, 2004), o sítio histórico e sua vizinhança imediata, apresenta um traçado original e irregular. É uma área que concentra interesse político e é atrativa para lazer tanto no centro histórico quanto na Orla marítima. Como consequência aumentou-se progressivamente a circulação de veículos em suas ruas estreitas que datam o período de sua fundação, aumentou-se indiscriminadamente o número de comércios e serviços, sobrecarregou-se a infraestrutura local como coleta de lixo e saneamento, o que acarretou em poluição ambiental e trouxe problemas urbanos característicos dessas áreas como é o caso da gentrificação.

O relevo de Olinda é constituído por colinas e planícies. A maior parte do seu território está nas bacias dos rios Paratibe, Beberibe e Capibaribe. Nas últimas décadas, a cidade tem sofrido intensamente com desmatamento de manguezais (MAGAROTTO *et al.*, 2020), contaminação de águas marinhas e fluviais (através de aterros e poluição por resíduos domésticos e industriais) e rápida ocupação. Isso descaracteriza o ambiente de costa e as dunas já não são percebidas, a vegetação de praia tampouco, a imensa biodiversidade dos peixes característica de águas tropicais também está sumindo e a qualidade de água é hoje em dia uma das piores do país. (SILVA, 2021). Para garantir a minimização desses impactos e o uso sustentável o planejamento de um sistema integrado de gerenciamento costeiro é urgente. Governo, terceiro setor, sociedade civil e pesquisadores devem cooperar para equacionar e amenizar problemas de erosão, contaminação, falta de infraestrutura e serviços, etc. Seus problemas de origens antrópicas datam a época da expansão do porto Recife que começa em 1909, é concluída em 1918 com intervenções que se estenderam até 1926. (ALBUQUERQUE E GOMES, 2019) A construção do porto interfere diretamente no balanço sedimentar da região, o que causou uma aceleração no processo erosivo e trouxe a implantação de estruturas de contenção (VENANCIO, 2022).

Olinda possui sete praias que totalizam 12,26 km de extensão, nestas apresentam-se 38 barreiras de enrocamento e nove quebra-mares somando estes 5660m de extensão (VENANCIO, 2022). Essas estruturas promoverem diversos

impactos no meio ambiente, alteram os padrões de circulação de água, transporte de sedimentos, perfil de praia e parâmetros físico-químicos, pois criam áreas de baixa circulação onde se proliferam microrganismos e espécies oportunistas. Sua construção começou no ano de 1954 e foi concluída em 1962, onde as praias de Milagres, Carmo e a região que se estende das praias do Farol e Bairro Novo foram os primeiros focos do levantamento dessas estruturas. Mais tarde, Casa Caiada e Rio Doce receberam também os quebra-mares, levando o problema sempre mais ao norte devido à predominância de ventos S-N implicando em mais soluções de contenção (PONTES, 2008). Com isso, chegou-se até a foz do Rio Paratibe nos anos 1980 e em Paulista nos anos 1990 (PEREIRA *et al.*, 2007; CESAR, 2004; 2008).

Essas estruturas promoveram mudanças na hidrodinâmica de Casa Caiada e Rio Doce que resultaram em deposição de sedimentos, alteração nos níveis de nutrientes dissolvidos, oxigênio, salinidade, temperatura, transparência, acúmulo de lixo e erosão em zonas expostas. Para tentar diminuir estes impactos, em 2000 foram realizadas medidas paliativas como alimentação artificial, aumento da circulação local e recuperação de estruturas urbanas. Já em 2003, houve uma revitalização com o intuito de inserir iluminação, telefones públicos, cestas de lixo, chuveiros, vegetação, entre outros.

As praias de Olinda têm um regime de marés semi-diurnas com alturas médias de 2,10m, podendo alcançar 2,80m nas marés de sizígia e 1,60m na maré baixa. A deriva litorânea tem sentido predominantemente SUL/Norte e a renovação de água dessas áreas, que hoje em dia estão protegidas por estruturas, é feita principalmente pelo fluxo das marés (SILVA, 2021). O escoamento das águas dos rios nesta região, que poderia ser um potencial renovador dessas águas, na verdade é o propulsor de grande poluição, pois carrega dejetos provenientes da cidade como lixo e esgoto.

Um programa estadual de monitoramento da qualidade da água é feito continuamente, e mostra que esta deve ser consultada antes do banho devido à contaminação fecal recente por esgotos domésticos e aporte pluvial, o que também explica os problemas de eutrofização presentes (COSTA, 2021). Os estudos mais recentes das tendências da balneabilidade das praias de Olinda mostram que, de

2005 a 2016 (COSTA, 2021), em oito pontos (um na Praia dos Milagres, o segundo na Praia do Carmo, dois na Praia de Bairro Novo, três na Praia de Casa Caiada e um na Praia de Rio Doce), durante a estação chuvosa, a qualidade da água foi considerada a maior parte do tempo Imprópria (689 ocorrências em 1570 amostragens). Os resultados variaram entre 25,7% em 2006, e 68,0% em 2009. As variações observadas mostram uma leve tendência de melhora na qualidade da água nas praias de Olinda nesse período. A condição excelente da água aumentou de 28,4% em 2005 para 34,4% em 2016; e a condição imprópria diminuiu de 48,5% em 2005 para 41,6% em 2016. Na estação seca, a qualidade da água foi considerada na maior parte do tempo excelente, estando entre 34,0% em 2014 e 70,3% em 2006. Já ao longo dos anos, foi observada uma leve tendência de melhora da qualidade da água, onde houve uma pequena variação na quantidade de condições próprias (82,0% em 2005 para 83,7% em 2016) e um pequeno decréscimo das condições impróprias (18,0% em 2005 para 16,3% em 2016). Ainda segundo esse estudo, o Índice Anual de Balneabilidade (IAB) da CETESB nesse município variou de 14,5 a 45,8% de 2005 a 2016, o que corresponde a condições apenas regulares e ruins de qualidade da água. Esse índice mostrou uma leve melhora na década estudada. Nos anos que antecederam à pandemia de COVID-19 (2017 a 2019), em Olinda houve o monitoramento de 10 pontos amostrais em praias de todo o município. A água das praias esteve 48% do tempo Própria para banho de mar e 52% do tempo Imprópria (SILVA, 2021).

3.2 AS PRAIAS DE OLINDA A SEREM INCLUÍDAS NO TAGP E SUA RELAÇÃO COM O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

O município de Olinda já solicitou a adesão ao TAGP, que está sob situação de análise técnica (SCHERER *et al.*, 2020). Este documento trata justamente da resolução desta diretriz para que quando cidades como Olinda forem aceitas no termo de adesão já tenham essa guia de gestão patrimonial em Orla marítima. Parte da Orla de Olinda está inserida na zona de amortecimento (*buffer*) da poligonal da UNESCO.

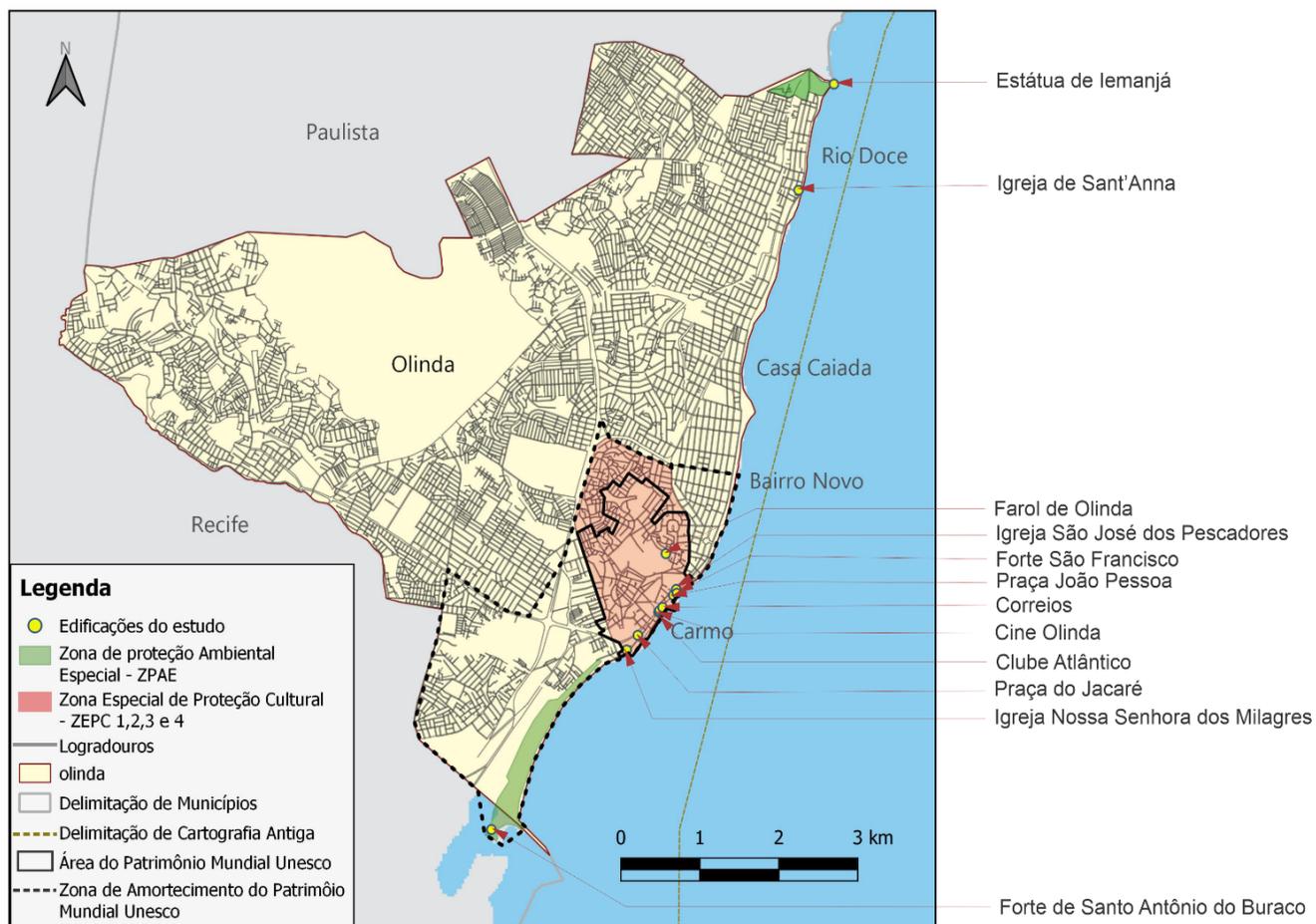
As praias que compõe esse município são de sul a norte: Praia Del Chifre, Praia dos Milagres, Praia do Carmo, Praia do Farol, Praia do Quartel, Praia de Casa Caiada e Praia de Rio Doce estando entre estas as praias dos Milagres, do Carmo e do Farol mais relacionadas ao Patrimônio Histórico Cultural do município (Figura 2).

As zonas Especiais de Proteção Cultural (ZEPC) são divididas entre ZEPC 1, ZEPC 2, ZEPC 3 E ZEPC 4 de acordo com o PD municipal vigente. Neste trabalho trataremos apenas da ZEPC 3, pois está relacionada a Orla marítima.

A ZEPC 3 trata das ruínas como a fortaleza inserida na poligonal de conservação. Essa ZEPC é dividida em setor de preservação rigorosa e setor de preservação ambiental (áreas de proteção do meio ambiente urbano e natural que envolvem os monumentos isolados - faixa de transição para o entorno ou *area non aedificandi*) conhecida como área do Sítio Histórico Carmo-Varadouro.

Conhecer as praias adjacentes é importantes para poder entender a dinâmica de costa da região, seu tipo de ocupação e sua relação com a área de estudo principal, pois uma área não existe sem o seu entorno. Além disso, na parte do documento do PD que se refere à legislação urbanística (Lei no. 4849 de 1992), acrescenta-se que novas obras na ZEPC não poderão reduzir a visibilidade do conjunto ou dos monumentos tombados.

Figura 2 - Mapa da área de estudo e unidades de patrimônio histórico-cultural eleitas para análise.



Fonte: Elaborado por MMT.

3.3 CLASSIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA ORLA DO MUNICÍPIO

As edificações e monumentos selecionados foram estudados de acordo com critérios, dos quais alguns foram inspirados em critérios adotados pela UNESCO, no questionário periódico de 2008-2015, e outros foram elaborados a fim de conciliar o máximo de informações envolvendo o meio ambiente e a arquitetura. Também buscou-se na literatura critérios e sistemas de classificação deste tipo para referência como em Pereira *et al.*(2019). Na Tabela 1 se apresentam os critérios que foram divididos em classificações espaciais, de uso, institucionais, temporais e analisados quais os atributos e conflitos que puderam ser observados em pesquisa de campo.

A Orla de Olinda foi percorrida para essa análise diversas vezes durante o ano de 2021.

Os indicadores propostos foram baseados nos critérios estudados e não têm o objetivo de classificar ou ranquear os itens escolhidos para análise, mas apenas descreve-los para identificação de suas fraquezas e potenciais a serem reforçados e valorizados.

Tabela 1 – Propostas de indicadores de acompanhamento e classificação de itens de patrimônio histórico-cultural costeiro urbano baseado em UNESCO e Pereira, et al. (2019)

Indicador	Descrição do Indicador	Importância
Espacial	Área Total	Onde e qual tamanho da área essa edificação ocupa e está inserida, qual seu entorno, o que é possível fazer dentro dessa área existente, são questões importantes para futuros projetos e entender as possibilidades de melhoria.
	Área Construída	Qual a proporção da área apontada no primeiro item é construída e qual é espaço aberto é o que se apresenta neste item.
	N° de Unidades	A construção pode ser uma unidade sólida ou várias edificações ao longo do terreno. Isso trabalha com toda morfologia espacial e é necessário pro planejamento posterior.
	Área de Estacionamento/ Acessibilidade	Indica qual o nível facilitador e de acesso para que o público alvo chegue até a estrutura.
Uso	Gestão	Entender se este espaço está sendo gerido, e no caso afirmativo, qual tipo de órgão é responsável, facilita o entendimento das suas possibilidades de melhor funcionamento e governança.
	Público x Privado	Quem tem acesso a essas edificações é um conhecimento crucial para entender seu fluxo diário em relação à quantidade e a infraestrutura necessária.
Institucional	Instituição	Se alguma instituição estiver inserida em sua governança, ela pode ser um facilitador para seu gestor.

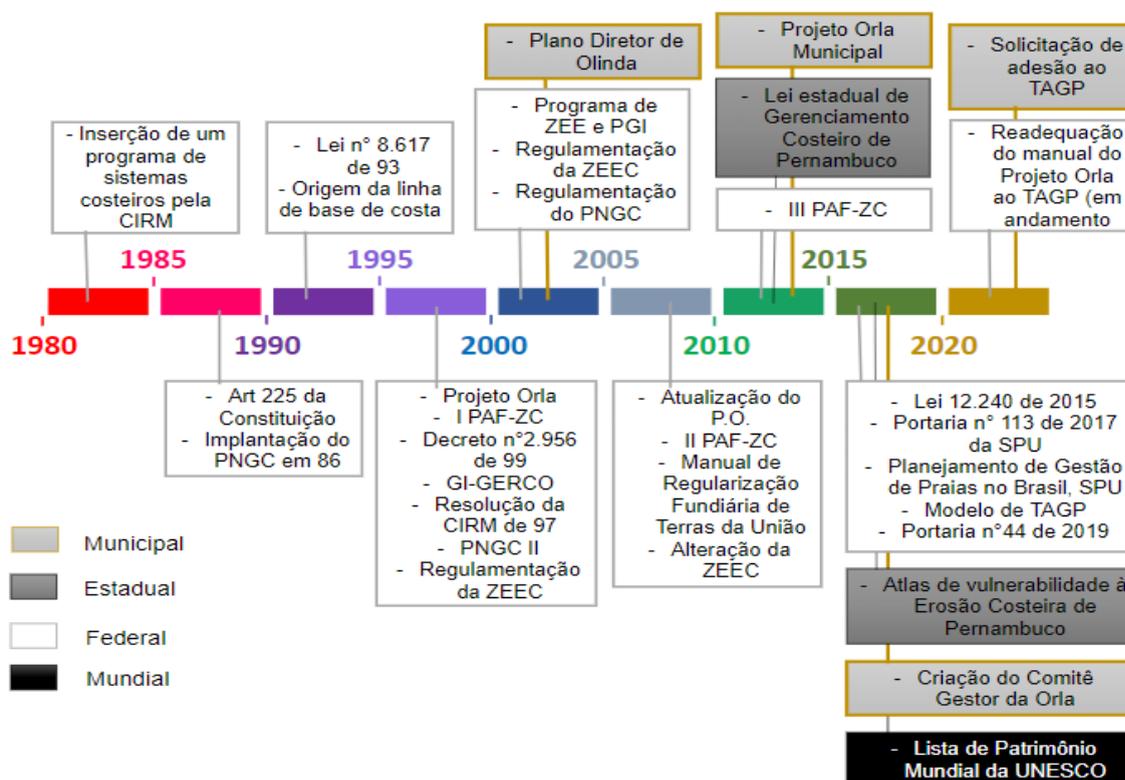
	Atores	Os atores são responsáveis por colocar em prática as ações previstas.
	Comitê Gestor	Importante saber se existe ou não. É um dos pontos que garantem melhoria na governança.
	Unidade de Conservação (UC)	Determina o tipo de atenção necessária para os aspectos preservados. UCs ainda não estão inclusas no TAGP, mas é importante se pensar na sua inserção do conjunto.
	Variáveis Legais	Quais as ferramentas legais que essa edificação dispõe tem a interferência direta no que é possível previamente planejar e no que é necessário incluir para melhoria da infraestrutura local.
Temporal	Ano	Contextualiza sua estrutura e materiais usados.
	Manutenção	Determina o estado de conservação de uma edificação ao longo do tempo.
	Mudanças de Gestão	Entender quais gestores ao longo dos anos e a história da edificação é tanto informativo para o turismo, quanto necessário para entender seus usos e recuperar a memória local.
	Mudanças Climáticas e Degradação	Como se tratam de edificações antigas e próximas à costa (quando não estão coladas a própria costa), a alteração do nível do mar pode não só ter causado a degradação de seu material e comprometimento de sua estrutura como mostra a sua estratégia de inserção no local de acordo com a antiga formação geomorfológica. (Boa parte das edificações foram levadas pelo mar). Pensar nas mudanças climáticas é uma forma de entender qual o futuro próximo dessas estruturas, qual o tipo de interferência possível e quais serão as próximas

		edificações históricas num futuro possível.
Atributos	Naturais	São as potencialidades de visuais, passeios, rotas e inserção da edificação com o meio.
	Socioeconômicos	São as possibilidades de aumento de receita, economia e ao mesmo tempo vinculados tanto ao trabalhador das proximidades quanto ao público frequentador.
	Culturais	Está relacionado com a memória, os costumes, as crenças (religião, dança, etc.), que são geralmente geracionais e que fazem parte da história do lugar. Entender quais são esses atributos podem colaborar para reviver alguns aspectos e conservar os existentes.
Conflitos	Fatores geradores e impactos	Esse tópico trata de quais são os tipos de conflitos notados através da visita a campo e de estudos documentais, quais foram os fatores que os criaram e os impactos que estão diretamente ligados a escala do conflito. Os impactos demonstram o que o ambiente propicia as pessoas que convivem com o local e entornos.

4 RESULTADOS

Para que se pudesse aliar os critérios selecionados as políticas existentes para a elaboração de propostas viáveis, foram confrontados documentos oficiais que tratam das gestões das Orlas urbanas no Brasil, Pernambuco e em Olinda. A Figura 3 apresenta uma linha do tempo – resumo dos documentos encontrados ao longo da década de 1980, quando começa a serem lançadas as políticas voltadas principalmente a gestão costeira e apresentando um pequeno recorte sobre patrimônio, até os dias atuais, com suas transformações e adaptações, o que segue em constante alteração. Para facilitar a visualização e o entendimento, nesta figura os documentos foram também divididos a partir de sua esfera de ação: mundial, nacional, estadual e municipal.

Figura 3 - Linha do tempo a partir da perspectiva de levantamento documental voltados para políticas em esferas locais, estaduais, federais e mundiais acerca da gestão da Orla e do patrimônio. Legenda: CIRM – Comissão Interministerial para os Recursos do mar; GI-GERCO – Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro; PAF-ZC – Plano de Ação da Zona Costeira; PGI – Plano de Gestão Integrada; PNGC – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; PO – Projeto Orla; SPU – Secretaria do Patrimônio da União; TAGP: Termo de Adesão a Gestão de Praias; UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; ZEE – Zona Econômica Exclusiva; ZEEC – Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro.



Fonte: Elaborado por MMT.

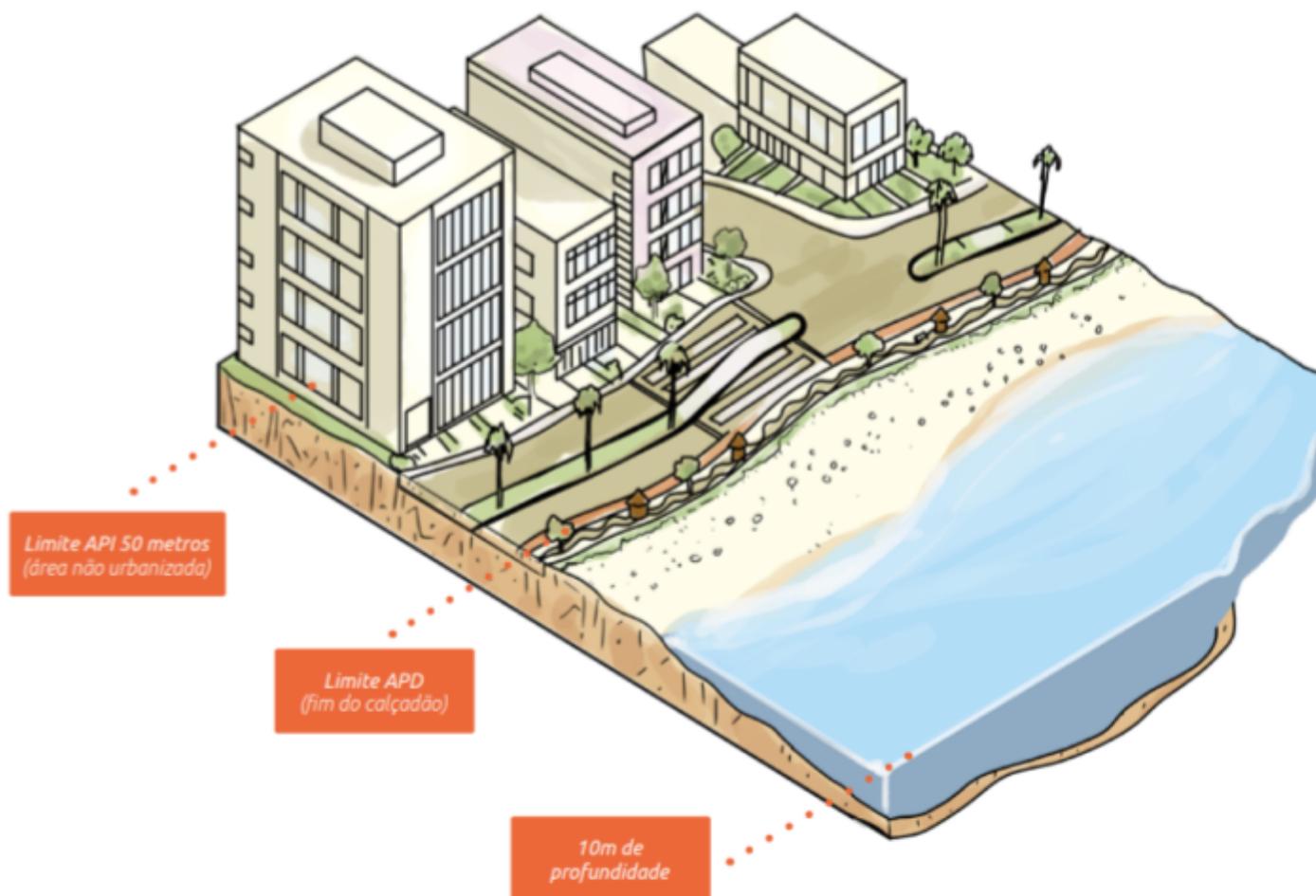
Ao longo da pesquisa pode ser observado pontos de convergência e conflitos entre os documentos e instituições responsáveis pelas edificações selecionadas na pesquisa. Através da experiência prática e visita aos órgãos responsáveis pela salvaguarda e documentação, observou-se não só uma falta de informação sobre as edificações, como pouca ou nenhuma linha de similaridade entre as informações encontradas. Outro ponto foi a falta de interação entre os órgãos responsáveis pelo patrimônio. O material recolhido passou por uma triagem para se adequar aos critérios selecionados para a pesquisa e são demonstrados na Tabela 2.

Em paralelo, não há como não vincular o desmonte que o IPHAN, principal órgão de preservação nacional do patrimônio, vem sofrendo por conta do governo atual. Segundo a matéria da Folha, publicada em janeiro de 2022, a paralisação do conselho consultivo por quase dois anos e a troca dos funcionários de alto escalão retira a função principal do órgão de preservação e passa a servir aos desejos do governo federal que em maior parte não preza pela manutenção desses espaços. (MORAES, 2022)

A seguir (Tabela 2 e Figura 4) as edificações estudadas estão demonstradas e as áreas de gestão delimitadas. Pode ser observado, através da tabela 2, os principais conflitos e potencialidades destas edificações. Dentre eles é importante destacar a poluição, a degradação das edificações, a falta de manutenção, a falta de comitê gestor em alguns casos, a falta de acessibilidade e mal-uso.

Dos doze itens eleitos para este estudo, sete encontram-se em uma área onde haverá intervenção direta do PO e do TAGP, quando aprovado. Outros quatro estão na área de influência indireta e apenas um em área onde incidem apenas diretrizes do PD da Cidade.

No caso da estátua de Iemanjá, destaca-se a presença de uma Área de Proteção Ambiental (APA) com problemas de conservação e a grande quantidade de lixo acumulada tanto em seu entorno, quanto em sua praia adjacente. Esta área tem grande potencialidade para criação de um parque e melhoria ambiental. Outro espaço que foi incluído, apesar de sua distância a área de costa, foi o Farol de Olinda, devido a sua importância a navegação marítima. Figura 4 – Aprovada junto ao manual do Orla de 2022 demonstra como são delimitados os limites de gestão



- Os limites da isóbata de 10m em direção a praia e o de 50m ou 200m da praia em direção ao continente são definidos pelo Decreto Federal nº 5.300/2004;

- Em determinados casos, a delimitação pode ficar restrita apenas à APD. Como nas orlas onde uma Unidade de Conservação (UC) avança até próximo do limite da praia. Nesse caso, a opção adotada poderia ser a existência de apenas a APD abrangendo a praia até a isóbata de 10m.

Tabela 2 – Itens de patrimônio identificados e seus atributos.

Legenda: Posição dos itens de patrimônio abordados neste trabalho em relação à gestão territorial costeira considerando o Plano Diretor da Cidade (PD), o Termo de Adesão à Gestão de Praias (TAGP) de Olinda quando for aprovado pela SPU e (BRASIL, 2022).

	TAGP + PO (da via/calçada até a isóbata de 10m)		TAGP + PO + PD (50m continente adentro em áreas urbanas)		PD (território do município além dos 50m)
--	---	--	--	--	---

<p>Forte de Santo Antônio do Buraco</p>  <p>Arco principal na entrada</p>	Espacial	- Não possui acessibilidade viável nem por terra nem por mar.
	Uso	- Sem uso atualmente, porém com alguns planos de gestão dentro do Projeto Orla de Olinda; - Público.
	Institucional	- Possui como atores o IPHAN, SECID, SDS, Universidades, SETURB, SEPAC e Iniciativa Privada; - Se encontra dentro da ZPAE 4; - Tombado pelo SPHAN em 1938 e pelo IPHAN em 2000.
	Temporal	- Construído em 1631; - Sem manutenção apresentando degradações; - De origem Holandesa, reconstruído em 1711 e hoje em ruínas.

 <p>Praia do Maruim em frente ao forte</p>	<p>Atributos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Vegetação de restinga, dunas e manguezal, praia adjacente ao forte protegida por pedras escalonadas; - Recebe atividades de pesca. Muitos catadores de resíduos recicláveis frequentam o local para recolher plástico e outros materiais; - Potencial como espaço cultural.
<p>Igreja de Santa Cruz dos Milagres</p>  <p>Vista frontal</p>	<p>Espacial</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Área total de 1124,30m² e construída de 390,17m²; - Possui estacionamento, mas sem acessibilidade adequada;
<p>Uso</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Privado; - Bem destinado a Igreja Católica. 	
<p>Institucional</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Gerido pela Igreja católica e pelo IPHAN. 	
<p>Temporal</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Construído em 1862; - Em bom estado de conservação; - Perdeu cerca de 600m de área de praia, ruas e casas desde a sua construção; 	

 <p>Praia em frente à igreja</p>		<ul style="list-style-type: none"> - Em 1962 foi locado um quebra-mar na praia a sua frente para preservar a edificação.
	Atributos	<ul style="list-style-type: none"> - Importante paisagem para identidade e memória; - Grande potencial paisagístico localizada a frente da praia dos milagres; - Potencial Turístico, a praia antigamente abrigada a Guarita de São João D'Albuquerque; - Recebe festividades e cerimônias religiosas.
	Conflitos	<ul style="list-style-type: none"> - Erosão com algumas mediações para controle que afetam o ecossistema e a circulação da água; - Impacto visual dos quebra-mares.
<p>Praça do Jacaré</p> 	Espacial	<ul style="list-style-type: none"> - 2695m² de área aproximadamente; - Não possui estacionamento nem acessibilidade.
	Uso	<ul style="list-style-type: none"> - Público; - Propriedade do órgão municipal.
	Institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Gerido pela prefeitura; - Possui como atores de gestão a secretaria de serviços públicos de Olinda, o IPHAN e a prefeitura municipal.

 <p>Detalhe</p>	Temporal	<ul style="list-style-type: none"> - Há manutenção, mas houve modificação no monumento (jacaré) em sua restauração; - Nenhum problema de erosão aparente.
	Atributos	<ul style="list-style-type: none"> - Potencial paisagístico. Pouca vegetação e nenhuma vista para praia apesar da proximidade; - Potencial turístico; - Potencial espaço cultural e identitário.
	Conflitos	<ul style="list-style-type: none"> - Solo impermeabilizado e acesso à praia bloqueado por propriedades privadas; - Baixo conforto térmico; - Pouco uso.
<p>Clube Atlântico</p> 	Espacial	<ul style="list-style-type: none"> - Área total de 1201m² e área construída de 624,65m²; - Se utiliza do estacionamento da praça João Pessoa, sem acessibilidade.
	Uso	<ul style="list-style-type: none"> - Privado; - Destinado a casa de espetáculos.
	Institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Gerido pela prefeitura, IPAD e IPHAN; - Comitê gestor formado pela Secretaria de Patrimônio e Cultura de Olinda; - Inserido no setor de interesse turístico do conjunto monumental (Lei Municipal nº 4849/92).

<p>Vista frontal</p> 	Temporal	<ul style="list-style-type: none"> - Construído em 1920; - Sofre com o deslizamento de telhas pela trepidação em virtude do alto tráfego de veículos da Av. Sigismundo Gonçalves e pelas emissões de ondas sonoras da atividade da própria edificação; - Sofre com os fortes ventos e chuvas, além da maresia e degradação por erosão; - Manutenção insuficiente; - Já teve outros usos como cinema e casa de banho.
<p>Passagem nos fundos do clube</p>	Atributos	<ul style="list-style-type: none"> - Proximidade com a praia e potencial de ser inserido na extensão da Praça João Pessoa; - Importante espaço de espetáculos em uso como geração de receita; - Potencial cultural.
	Conflitos	<ul style="list-style-type: none"> - Estrutura com pouca manutenção, alto índice de ondas sonoras próximas ao ecossistema costeiro e grande vulnerabilidade por proximidades à via e ao mar.
<p>Cine Olinda</p>	Espacial	<ul style="list-style-type: none"> - Área total de 798,00m² e área construída de 916,21m²; - Se utiliza do estacionamento da praça João Pessoa, sem acessibilidade.
	Uso	<ul style="list-style-type: none"> - Público; - Atribuído como cinema (sem funcionamento).
	Institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Gerido pela prefeitura municipal, IPAD, Ministério da Cultura e IPHAN; - Atualmente requisitado pela FUNDAJ para administrar e reativar sua função;

	<ul style="list-style-type: none"> - Tentativas de criação de um comitê gestor pelas reivindicações públicas do movimento “#ocupacineolinda”; - Retificado na poligonal de tombamento de Olinda; - Inserida no setor de interesse turístico do conjunto monumental.
<p>Fachada frontal</p>	<p>Temporal</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construído em 1936; - Ausência de manutenção; - Foi cinema até 1965, depois depósito de açúcar, boliche, abandonado em 1970 e desapropriado em 1979 passando assim para a gestão municipal; - Risco de erosão.
	<p>Atributos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Potencial turístico de proximidade aos morros e a praia e com potencial de interação com a praça João Pessoa; - Potencial de geração de receita como cinema e como espaço de encontro cultural e social; - O projeto atual de restauração conta com a união do espaço com o Clube Atlântico para uso de eventos.
<p>Passagem nos fundos</p>	<p>Conflitos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Risco de desabamento ou degradação por abandono e erosão costeira. - Perigos de uso, maiores custos futuros de manutenção e impacto visual.

<p style="text-align: center;">Correios</p>  <p style="text-align: center;">Fachada frontal</p>  <p style="text-align: center;">Vista dos fundos</p>	Espacial	<ul style="list-style-type: none"> - Área total de 170,17m² e construída de 249,15m²; - Se utiliza do estacionamento da praça João Pessoa, sem acessibilidade.
	Uso	<ul style="list-style-type: none"> - Público; - Utilizado pela empresa brasileira de correios e telégrafos.
	Institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Gerido pelo IPHAN e pela empresa brasileira de correios e telégrafos; - Possui como atores de gestão a prefeitura e o IPHAN; - Comitê gestor formado pela secretaria do patrimônio de Olinda; - Adquirido pela empresa brasileira de correios e telégrafos em 1974; - Inserido na poligonal de tombamento de Olinda.
	Temporal	<ul style="list-style-type: none"> - Se encontra em bom estado de conservação; - Nenhum problema de erosão ou degradação aparente.
	Atributos	<ul style="list-style-type: none"> - Localizado dentro da praça João Pessoa e na encosta da praia do Carmo; - Gera receita através do serviço dos correios; - Importante para história e identidade local.
	Conflitos	<ul style="list-style-type: none"> - Pouca arborização na sua fachada frontal; - Falta de infraestrutura em seu entorno.
Praça João Pessoa	Espacial	- Área total de 45.668,45m ² e área construída de 680,89m ² ;

		<ul style="list-style-type: none"> - Duas unidades construídas (Correios e Forte de São Francisco) podendo abranger o cine Olinda e o Clube Atlântico; - Estacionamento de 1817m², mas não possui acessibilidade.
Vista terra-mar	Uso	<ul style="list-style-type: none"> - Público; - Propriedade do órgão municipal.
	Institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Gerido pelo IPHAN e pela prefeitura municipal;
Vista sul-norte	Temporal	<ul style="list-style-type: none"> - Apresenta calçamento quebrado com manutenção insuficiente; - Problemas de sedimentação do solo, erosão costeira, poluição marinha e aumento do nível do mar.
	Atributos	<ul style="list-style-type: none"> - Alto potencial natural por estar na beira da praia; - Grande importância socioeconômica com barraquinhas de pesca e comércio na beira da praia; - Potencial cultural, abrange eventos de samba de coco e capoeira.
	Conflitos	<ul style="list-style-type: none"> - Perda de área, acúmulo de lixo por conta dos quebra-mares, impermeabilização do solo, descaso público, pouca circulação da água, mau cheiro, falta de saneamento, perda da biodiversidade, erosão costeira por aumento do nível do mar e construção em cima do pós-praia.
Forte de São Francisco	Espacial	<ul style="list-style-type: none"> - Localizado na praça Joao Pessoa;

 <p>Vista sul-norte</p>  <p>Vista da avenida do Farol</p>		- Área construída de 431,74m ² ;
	Uso	- Público; - Sob os cuidados do Exército Brasileiro.
	Institucional I	- Gerido pelo IPHAN e pela Marinha do Brasil; - Tem como atores na gestão também o Exército Brasileiro e a secretaria do patrimônio de Olinda; - Tombado em maio de 1984.
	Temporal	- Construído em 1629; - Mau estado de conservação com última manutenção feita em 1977; - Fundado pelos portugueses, ocupado pelos holandeses e depois retomado pelos portugueses em 1648; - Abrigou o farol de Olinda de 1872 a 1940; - Apresenta degradações temporais.
	Atributos	- Potencial paisagístico e com grande alcance visual (mirante); - Potencial turístico; - Importante para a história e identidade local.
	Conflitos	- Em estado de abandono;

		- Apresenta problemas sociais refletidos (moradores de rua).
<p>Igreja de São José dos Pescadores</p>  <p>Fachada principal</p>	Espacial	- Área total de aproximadamente 610m ² e construída de aproximadamente 140m ² ; - Estacionamento na praça adjacente (praça de São José), porém sem acessibilidade.
	Uso	- Privado; - Bem destinado a Igreja Católica.
	Institucional	- Gerido pela Igreja Católica; - Inclui o IPHAN como ator em sua gestão; - Tombado em 1968.
	Temporal	- Construído em 1901; - Em bom estado de conservação; - Erguida no início do século XX por doação de pescadores e reformada em 1936; - Nenhum problema de erosão ou degradação aparente.
	Atributos	- Potencial turístico e paisagístico; - Abrange festividades e cerimônias religiosas (celebração a São José).
	Conflitos	- Degradação dos acessos; - Localizada em via movimentada.

<p>Farol de Olinda</p>  <p>Farol e muro da marinha</p>	Espacial	<ul style="list-style-type: none"> - Área total de aproximadamente 2000m² e construída de aproximadamente 420m²; - Possui três unidades prediais, sendo uma o farol; - Não possui acessibilidade nem estacionamento.
	Uso	<ul style="list-style-type: none"> - Público; - Sob o cuidado da Capitania dos Portos de Pernambuco.
	Institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Gerido pela Marinha do Brasil; - Tem como atores os faroleiros em escala menor e a Marinha do Brasil em nível federal; - Está localizado em área de marinha.
	Temporal	<ul style="list-style-type: none"> - Construído em 1941; - Em bom estado de conservação; - Sempre pertenceu à Marinha; - O primeiro farol foi construído em 1872 e locado em área que sofreu erosão (onde antes havia o forte Montenegro), sendo o atual mais afastado da costa o qual foi transferido na década de 1940.
	Atributos	<ul style="list-style-type: none"> - Potencial paisagístico com reserva natural; - Atende à demanda de sinalização para embarcações indicando a entrada do porto do Recife; - Referência cultural da cidade.

	Conflitos	<ul style="list-style-type: none"> - Pressão da população para abertura de visitação turística; - Necessidade de facilitação de acessibilidade.
<p>Capela de Sant'Anna</p>  <p>Fachada frontal</p>  <p>Busto de Marcílio Dias em frente a igreja</p>	Espacial	<ul style="list-style-type: none"> - Área total de aproximadamente 2735m² incluindo praça a frente de sua fachada principal e área construída de aproximadamente 527m²; - Possui duas unidades sendo uma a capela e a outra a casa paroquial; - Estacionamento na praça com 215m², mas não possui acessibilidade.
	Uso	<ul style="list-style-type: none"> - Privado; - Destinado ao uso da Igreja Católica.
	Institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Gerido pela Igreja Católica e tem como ator na gestão o IPHAN.
	Temporal	<ul style="list-style-type: none"> - Construído em 1782; - Em bom estado de conservação; - Doadada aos franciscanos em 1931; - Não tem tanta interferência da erosão costeira por estar a uma distância considerável da preamar.
Atributos	<ul style="list-style-type: none"> - Protegido por enrocamento de pedras na praia e com razoável faixa de areia. - Potencial paisagístico com a existência de recifes de arenito e piscinas naturais na praia; - Área predominantemente residencial com proximidade a área conhecida como porto 	

		<p>do Rio Doce onde são fundeadas embarcações locais;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Abarca festividades e cerimônias religiosas.
	<p>Conflitos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Praça em estado de abandono; - Grande problema social e ocupação de moradores de rua.
<p>Estátua de Iemanjá</p>  <p>Vista da praia adjacente e estatua ao fundo</p>	<p>Espacial</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Área construída de aproximadamente 30m²; - Estacionamento no espaço natural (Parque Ecológico Praia da Santa), mas sem acessibilidade.
	<p>Uso</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Público; - Recebe manutenções do Grupo Coletivo Amigos da Praia e da secretaria de patrimônio e cultura.

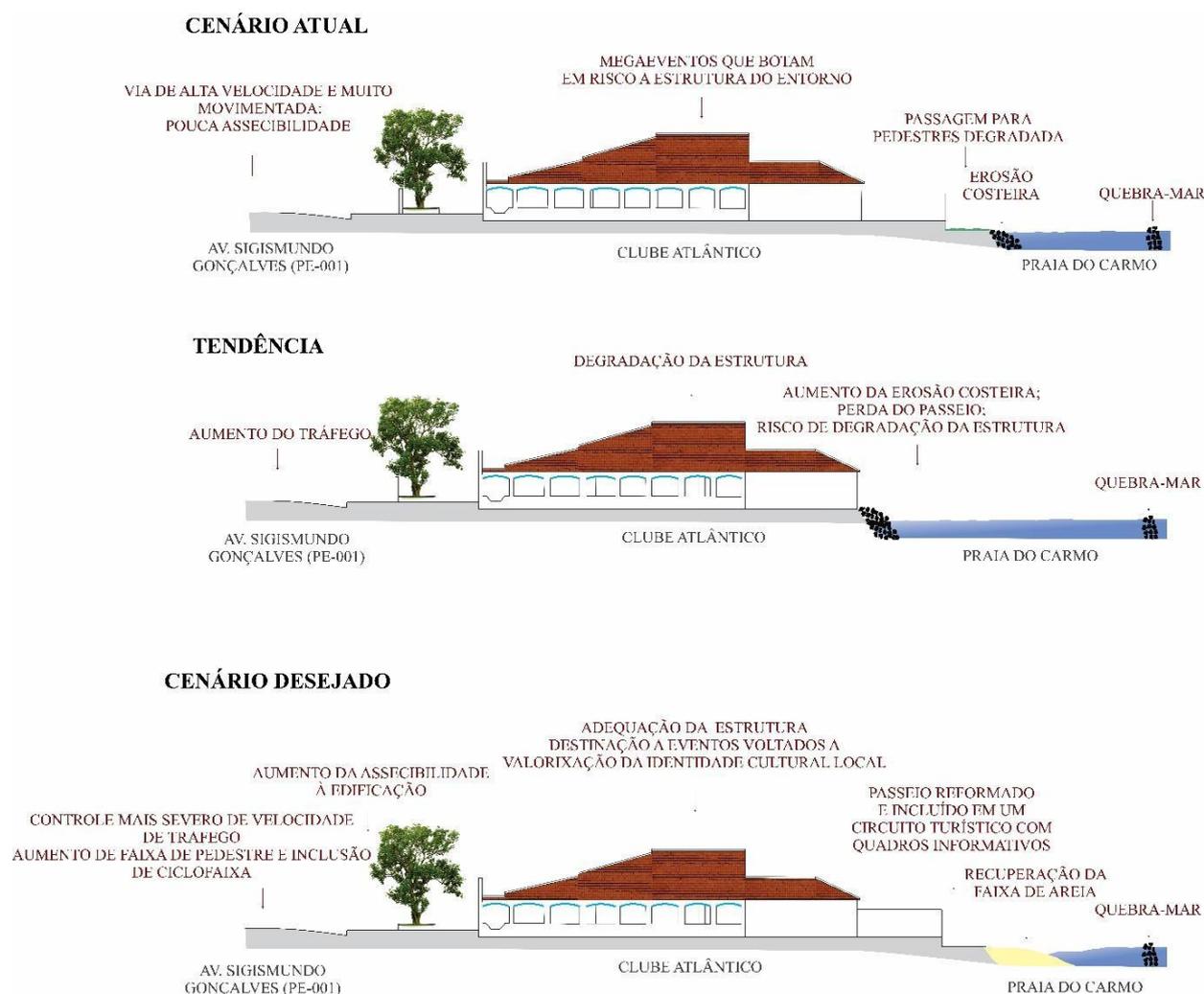


Acesso à estatua

<p>Institucional</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Gerido pelo terreiro do Pai Edu, pelo Grupo Coletivo Amigos da Praia e pela secretaria de patrimônio e cultura; - Dentro de uma ZPAE 1 e da APA estuarina do rio Paratibe; - Em estado de solicitação de tombamento perante a secretaria de patrimônio de Olinda.
<p>Temporal</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Construído em 2001 como homenagem a Pai Edu; - Em bom estado de conservação; - Localizada próxima ao mar, mas sem degradação por estar protegida por quebra-mar.
<p>Atributos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Proximidade com a UC, com mangues no entorno e enrocamentos na desembocadura do rio; - Potencial turístico e de espaço público como praça ou parque; - Patrimônio cultural e religioso.
<p>Conflitos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Lixo no entorno, poluição do rio, vandalismo, mau uso do espaço, estacionamento em cima do bioma, abandono e falta de segurança.

Através destes materiais recolhidos ao longo de toda pesquisa, vinculados a visitas de campo e a vivência da cidade é possível trazer sugestões de diretrizes de ação em cada uma das edificações estudadas. Uma das formas de apresentar estas ideias é com o esquema de cenário atual, tendência e desejado que já é uma ferramenta utilizada no projeto orla e pode ser observado na figura 5

Figura 5: Corte lateral do clube atlântico com os cenários atual, tendência e desejado



Fonte: Elaborado por MMT.

No exemplo são propostas possíveis melhorias para o Clube Atlântico. É possível perceber como se encontra o edifício e seu entorno hoje em dia, como ele tende a ficar se nada for feito e como seria um cenário desejado para os próximos anos, tanto para manter a integridade do edifício quanto para melhorar a vida dos usuários do seu entorno. A mesma estrutura de diretrizes pode ser aplicada às outras edificações históricas, como apresentado a seguir:

- Forte de Santo Antônio do Buraco: Melhorias de acesso tanto em água quanto em terra; Utilização de mídias para informar a população sobre a história desta edificação; proteção ambiental e limpeza da área; Barreiras protetivas para evitar o acúmulo de lixo; Parcerias com o setor privado para a restauração da área que é de caráter urgente; Inclusão em roteiro turístico.

- Igreja dos Milagres: Explorar o potencial paisagístico e cultural através de requalificação do seu entorno, tanto do mobiliário urbano quanto através de um planejamento paisagístico; Recuperação da faixa de areia; Campanhas de coleta de lixo junto a população; Utilização de mídias para informar a população sobre a história local; Melhorias na acessibilidade.

- Praça do Jacaré: Melhoria na acessibilidade; Revitalização da área com mais arborização; Parcerias para produção de eventos que tragam mais a população ao seu uso; Mídias e painéis informativos trazendo sua importância histórica.

- Cine Olinda; Inclusão de ciclofaixa; Melhoria na acessibilidade para pedestres; Inclusão dentro de um roteiro turístico com quadros informativos e mídias; Recuperação da faixa de areia; Adequação de uso da edificação ou reestruturação de sua funcionalidade através de parcerias com o setor privado.

- Correios: Melhoria de sua inserção junto a praça João Pessoa com atenção a sua inclusão ao circuito turístico e informações de sua história em mídias e quadros informativos.

- Praça João Pessoa: Trazer acessibilidade ao seu estacionamento e acessos; Manutenção mais assídua em suas estruturas, mobiliários e calçamento; Revitalização com intuito de trazer mais arborização e mais mobiliário; Inclusão de ciclofaixa; Uso de seu espaço para via de roteiro turístico; Incentivo através de parcerias público/privadas de seu uso para eventos, oficinas, apresentações culturais, etc.; Recuperação da faixa de areia; Conscientização da população sobre o lixo.

- Forte de São Francisco: Inclusão das melhorias na praça em que está inserido; Manutenção de sua estrutura; Uso de placas informativas e mídias para destacar sua importância histórica e sua inclusão no circuito turístico.

- Igreja de São José dos Pescadores: Melhoria de acessibilidade; Inclusão nas mídias e inserção de painéis informativos sobre sua história.

- Farol de Olinda: Inserção de estacionamento e melhoria na acessibilidade; Parcerias com colégios e outras instituições com a proposta de visitas guiadas e educativas; Abertura de horários para visitação; Uso de mídias e painéis informativos trazendo sua história; Explorar potencial paisagístico e de trilhas de sua reserva natural adjacente.

- Igreja de Sant'Anna: Revitalização de sua praça com melhorias de equipamentos; Inserção no circuito turístico com painéis informativos e uso de mídias; Uso de programas sociais para a população em estado de rua que ocupa sua praça.

- Estátua de Iemanjá: Criação de parque ecológico em todo seu entorno, com manutenção constante e revitalização com inclusão de equipamentos; Uso de mídias e painéis informativos sobre a história do monumento e sobre o ecossistema local; recuperação da faixa de areia e retirada de lixo acumulado na área de costa; Conscientização da população local sobre o lixo; Parcerias público/privadas que atraiam seu uso consciente; Manutenção constante de seu monumento.

5 DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Olinda já passou por alguns processos de contenção da erosão de sua costa, como se percebem em seus quebra-mares dispostos a partir de seu litoral, e passou por sugestões de ações como a eliminação dos lançamentos de esgoto e limpeza da lama no fundo da praia do Rio Doce, a substituindo por areia, mas nunca foram executadas. (CARNEIRO, 2003). Houve também dentro deste contexto o projeto da regeneração da praia do Bairro Novo e uma subsequente retirada dos espigões, o projeto da ilha do Maruim com modificações urbanísticas e a revitalização da Orla de Olinda, nenhum deles executado (CARNEIRO, 2003).

As origens conhecidas das causas da erosão costeira em Olinda são uma combinação de vários eventos naturais e antrópicos como a redução de fornecimento de sedimentos às suas praias, a presença dos recifes alinhados paralelamente à costa, as intervenções oriundas do Porto Recife e o próprio sistema de proteção as praias como os quebra-mares que dificultam a circulação de água nesses locais, mas também interferem na circulação dos sedimentos (CARNEIRO, 2003).

Além deste contexto voltado a parte de costa, temos também aliado a isto, as possibilidades que são geradas através dos monumentos históricos, como circuitos turísticos, mudanças de uso, identificação de memória cultural, possibilidade de pertencimento à população e cuidados voltados à vulnerabilidade característica desses tipos de construções, porém tão pouco executados.

Zachary & Ponzini (2021) abordam que dentro do contexto das cidades europeias, os tomadores de decisão vêm utilizando os megaeventos esportivos e culturais como alternativa para estimular o turismo e impulsionar a economia, além de captar recursos para conservar e promover o patrimônio em cidades históricas. Além disso, os megaeventos podem estar aliados a estes espaços que já tem como cerne o turismo e, em alguns casos, pode oferecer o espaço para a realização desses eventos, injetando nesses espaços novas funções. O aumento de funções de um espaço traz história, memória e pertencimento a população e visitantes que acaba por ampliar o interesse público pelo patrimônio e o seu valor imaterial. Em

contraponto, segundo os autores, os megaeventos em cidades históricas também podem vir a apresentar ameaças e mudanças físicas neste patrimônio ou até exclusão da comunidade local nestes espaços, voltando-se apenas ao turismo. Outra ameaça menos avaliada e extremamente emergente é a padronização ou espetacularização da cultura local nessas festividades.

É importante destacar e, juntamente, fazer um paralelo com Olinda, que os impactos a serem avaliados também ultrapassam a escala cultural e trazem a problemática da superlotação desses espaços, principalmente se tratando de áreas amplas de preservação, como são o caso das poligonais de tombamento, que muitas vezes não tem ruas largas como as cidades modernas ou são sensíveis aos sons, que podem trazer fissuras em suas estruturas.

No artigo, Zachary e Ponzini (2021) citam ainda quatro temas chaves que fornecem uma base para as cidades históricas que recebem esses megaeventos, a partir de estudos nas cidades de Gênova (Itália), Milão (Itália), Wroclaw (Polônia), Hull (Reino Unido) e Pafos (Chipre). Os temas apontados pelos autores são o contexto do evento em relação à cidade, visão a longo prazo e ordenamento do território, governança e capacidade local de construção e comunidades locais com suas identidades. E uma das críticas percebidas no seguimento desses temas é a participação da comunidade a longo prazo, ou a falta de abrangência da comunidade, favorecendo apenas parte da população.

Enquanto o artigo se aprofunda em cada tema, ele também levanta como a questão do COVID-19 tem ampliado o uso das mídias digitais como ferramenta de divulgação e como isso traz uma maior inclusão do público. Além disso, a receita na escala pública também sofreu restrições com a pandemia, o que acaba alavancando o uso de estruturas já existentes.

Retornando a área de estudo deste trabalho, Olinda, é de conhecimento comum da população em escala nacional a proporção do Carnaval que se concentra em sua área histórica. O carnaval de Olinda é um evento capaz de não só multiplicar a população na cidade nesses dias de festa, como concentra-las em um espaço muito pequeno e sensível que é o centro histórico. Apesar de apresentar muito da cultura local, muitas vezes o artista residente da cidade é desvalorizado ou mal

remunerado, enquanto o grande palco acaba por valorizar em questões de retorno financeiro o artista de outras localidades.

Os apêndices A, B, C e D apresentam os cenários atuais, tendenciosos e desejados para três das edificações de estudo, mostrando como é possível apresentar graficamente em planos de ação. Assim como também se incluem alguns indicadores de propostas para a melhoria do cenário desejado de acordo com o que foi apresentado neste trabalho.

O patrimônio histórico e cultural não é diretamente mencionável no “Relatório Anual de Gestão de Praias”, exigido pela SPU no caso de praias sob o TAGP (BRASIL, 2022), cabendo ao gestor a iniciativa de identificar esses elementos em sua praia e atribuir o destaque merecido a sua presença e/ou qualquer boa prática de gestão costeira/urbana/cultural que o inclua. Da mesma forma, críticas construtivas a sua conservação/preservação devem ser incluídas de forma ativa, ambas ilustradas por textos e fotos. Existe assim a necessidade de pesquisa e avaliações qualitativas e quantitativas do potencial geoturístico através de indicadores e escalas próprias (PEREIRA, *et al.*, 2020; CRISTIANO *et al.*, 2020), que poderiam também ter seu correspondente em termos de patrimônio histórico-cultural.

As unidades patrimoniais estudadas permanecem isoladas na paisagem urbana, mas poderiam estar conectadas por diversos links como documentos oficiais e ações e iniciativas produtivas pública e privadas (ex. trilhas urbanas). Também é importante a conexão ou integração a novos equipamentos urbanos que venham a ser instalados (ciclovias, parques, etc.). E em outras escalas como observatórios locais (ex. lunetas, *Coastal Snap* etc.)

A inserção do patrimônio histórico-cultural no planejamento e vida de uma cidade permite que ele seja objeto de articulações locais, nacionais e internacionais. O patrimônio é um objeto gregário, que, proporciona encontros de atores, ações e resultados. Sua preservação e integração às diversas camadas do planejamento municipal contribui para a manutenção da saúde do conhecimento coletivo. O mesmo pode servir de linha mestra de narrativas e contribuições para o traçado de trajetórias de conhecimento que vão além das tendências atuais de conteúdo reduzido, pontal e raso (ex. turismo de sol e praia). O patrimônio histórico-cultural

pode então, quando bem conduzido pela gestão pública local, ajudar uma população a evitar o achatamento do raciocínio e a regressão cognitiva que assola o país. Incluir prédios e outros elementos patrimoniais nos planos de gestão das praias e paisagens costeiras é essencial para se evitar abordagens binárias e excludentes, que só aumentam sua vulnerabilidade perante os elementos naturais e o olhar da população.

Os itens estudados aqui são patrimônios que completam e acompanham o conjunto do sítio histórico da UNESCO em Olinda. Sua valorização e uso adequado permitem ampliar e enriquecer o debate sobre conservação patrimonial e costeira, sobretudo tendo em vista que essas intervenções ajudaram (em diferentes escalas de tempo) a moldar a orla do município como a conhecemos hoje. Esse fenômeno não é estranho à região Nordeste do Brasil, haja visto os exemplos do Forte Orange, na Ilha de Itamaracá (ARAÚJO *et al.*, 2021) e o Hotel Tambaú, em João Pessoa (PEREIRA *et al.*, 2021).

Em outras cidades vizinhas itinerários turísticos históricos integrados ao geológico e natural refuncionalizam os espaços costeiros (PEREIRA *et al.*, 2019, 2020, 2021). Essa visão holística deixa a discussão da conservação das praias e seus atributos naturais e antrópicos mais abrangente; cria experiências fora dos padrões mais desgastados; também proporciona oportunidades de reconhecimento e celebração da criatividade humana em suas relações com o meio natural (PEREIRA *et al.*, 2019, 2020, 2021).

Na região Nordeste, o lazer e o turismo de sol e praia são preponderantes, deixando os elementos culturais quase que negligenciados, em segundo plano, no papel de complementos e de suporte ao primeiro aspecto (PEREIRA *et al.*, 2019, 2020, 2021). Sugerimos que um dos caminhos possíveis da reconexão cidadão-orla marítima seria através da educação de visitantes locais e turistas usando justamente o patrimônio histórico-cultural como agente transformador. Por exemplo, mostrando que parte daquilo que mais nos lembra Olinda (seu patrimônio arquitetônico) foi construído utilizando-se georecursos locais (PEREIRA *et al.*, 2019, 2020, 2021). Assim, poderia o patrimônio agir como mediador de conflitos homem-natureza.

A valorização desse patrimônio histórico-cultural costeiro fomenta vínculo cultural-ambiental, que tem se enfraquecido na sociedade atual e leva a níveis

extremos de desconexão homem-ambiente. Integração a eventos como o Carnaval na Orla do município, com menções e criação de pontos de referência físicos e culturais. A baixa qualidade da água das praias, decorrente do saneamento básico deficiente, será sempre um enorme desafio para a valorização desses espaços costeiros que incluem o patrimônio histórico-cultural.

Os itens de patrimônio histórico e cultural de Olinda, ou de qualquer outro sítio, não deveriam precisar estar inseridos na poligonal do sítio histórico da UNESCO para serem oficial e pragmaticamente garantidos direitos de conservação e preservação equivalentes aos itens mais protegidos por outros mecanismos. Sugere-se que os sítios estudados sejam acompanhados de acordo com critérios aqui sugeridos e inspirados nos sítios da UNESCO para valorizar e criar metas específicas de conservação e integração.

Ressaltamos ainda a atualidade do tema aqui tratado, da gestão integrada do patrimônio costeiro, a qual valoriza a inter-relação simbiótica do material e do imaterial; a complexidade da questão e a urgência de se enfrentar esses conflitos de forma participativa. A teoria aqui discutida pode ser tomada como instrumento de crítica construtiva. O sucesso relativamente recente da emergência da importância do patrimônio imaterial requer, necessariamente, a presença da materialidade como base e testemunho da consciência/memória do coletivo.

A Constituição Federal de 1988 (e suas versões atualizadas) é clara quanto as competências sobre o patrimônio histórico-cultural em diversos de seus artigos. Não há respostas simples para como executar as propostas aqui colocadas a não ser através da própria comunidade. As questões patrimoniais não são consensuais, não são respondidas por médias apaziguadas, havendo sempre tensões. Há, no entanto, de se respeitar a mensagem contida em cada um desses itens listados e caracterizados, e tratá-los sem achatar o sentido do bem cultural individual, ou do conjunto costeiro que formam.

Olinda, como o território que conhecemos hoje, completou 487 anos em 2022. Isso significa que abriga um enorme acervo construído ao longo dessa trajetória de vila a cidade e finalmente a parte da Região Metropolitana do Recife; de mares calmos e de ressacas; de erosão e acresção. A garantia de que as próximas gerações continuarão desfrutando do privilégio de apreciar e contribuir para essa

história (equidade intergeracional) reside na preservação do patrimônio como conjunto complexo. O presenteísmo não poderá prevalecer, mas sim abordagens que incluam o planejamento de como preservar e continuar construindo nesses patrimônios e na orla em mais de uma escala de tempo. O maior desafio a ser enfrentado hoje pela integração do patrimônio histórico-cultural da orla de Olinda aos planos governamentais de gestão territorial é o da desvalorização dos projetos de longo prazo e do *como* intervir para sua preservação. Olinda, como objeto de estudo, está contemplada neste trabalho e pode usufruir desta pesquisa através de toda a possibilidade de aprofundamento que ela traz. Seus visitantes, geralmente tem um destino traçado pelos guias turísticos, centralizado, e o que absorvem da cultura local é muito próximo à um mercado turístico gentrificado.

Olinda é berço de cultura, mas a cultura está concentrada, em sua maior parte, na área periférica da região tombada. Tanto essa cultura tem pouca abertura pelas esferas municipais a terem espaço nos locais onde o turismo está, quanto os visitantes muitas vezes passeiam sem nem ter conhecimento de toda a possibilidade que os cerca. E, quando se fala em cultura, se fala em memória, assim como, quando se fala em memória, se fala em manter viva a cultura através das gerações. Trazer esses cenários locais, para dentro dessas edificações históricas, não só trarão vida, como trarão qualidade aos espaços.

Além disso, como apontado aqui, o circuito de visitas deste trabalho sai para os arredores da região de tombamento e inclui edificações distantes, ou até mesmo esquecidas, como é o caso do Forte do Buraco, que é uma das edificações mais antigas aqui apresentadas. Se os olhares forem voltados para este, então emergente, turismo sustentável e sensorial, não só gerará receita para o município, como possibilitará que a imaterialidade e a materialidade dessas edificações sejam de fato aliadas.

Não sabemos até quando teremos acesso a essas edificações, devido as mudanças climáticas, e hoje já se encontram novas perguntas como: quais serão as próximas edificações históricas quando essas estiverem embaixo d'água? Mais um fator a se pensar na causa e efeito da cultura padronizada com a qual nos deparamos hoje, mas também, mais um motivo para se conservar de forma

consciente e eficaz o que ainda temos, para que delas possamos nos aproximar por mais tempo para entender a nossa história.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. Z. A., GOMES, E. T. A. 2019. Arranjos Multiescalares no Processo de Requalificação da Área Portuária no Recife. Simpósio Nacional de Geografia Urbana. V 1. Anais do XVI SIMPURB, 2019.

ARAÚJO, R.V., PEREIRA, P. S., LINO, A. P., ARAÚJO, T.C. M., GONÇALVES, R. M., 2021. Morphodynamic study of sandy beaches in a tropical tidal inlet using RPAS. Marine Geology. 438: 106540. Disponível em: <<http://10.1016/j.margeo.2021.106540>>.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988

BRASIL. Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras Providências. Presidência da República. Brasília, DF: Casa Civil, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015. Dispõe Sobre a Administração, a Alienação, a Transferência de gestão de Imóveis da União e seu Uso para a Constituição de Fundos. Presidência da República. Brasília, DF: Secretaria-Geral, 2015.

BRASIL. Ministério da Economia. Manual Projeto Orla. Ministério da Economia. Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União. Brasília: Ministério da Economia. 2022. 324p. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/destinacao-de-imoveis/gestao-de-praias/projeto_orla_manual-para-elaboracao-do-plano-de-gestao-integrada-da-orla.pdf

CARNEIRO, M. C. S. M., 2003. Tecnologias da Geoinformação no monitoramento da erosão costeira: estudo a partir de Olinda. Dissertação de Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais da Universidade Federal de Pernambuco, 134 p. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/6861>.

CESAR, M. F., 2004. Diagnóstico e percepção dos usuários sobre ações de gestão na praia de Casa Caiada (Olinda). Monografia de Especialização em Gestão de Ambientes Costeiros tropicais da UFPE. 65 p.

CESAR, M. F., 2008. Avaliação ambiental e percepção dos usuários sobre os efeitos das obras de proteção de costa nas praias de Casa Caiada (Olinda) e Janga (Paulista). Dissertação de Mestrado em Oceanografia da UFPE. 148 p.

COSTA, C. R., 2021. Avaliação da balneabilidade em praias da costa leste do nordeste brasileiro. Tese de Doutorado em Oceanografia da Universidade Federal de Pernambuco. 90 p.

CRISTIANO, S. C.; PFUETZENREUTER, A.; RAMOS, B.; SCHIMITZ, C.; LIMA, F.A.V.; SARDINHA, G.; NICOLODI, J.L.; CAMARGO, J.M.; FISCHER, L. O.; MATTOS, M.P.S.; SCHERER, M.E.G; TEIXEIRA, M.M.; COSTA, M.F.; CORRINI, N.R.; GONÇALVES, R.K.; KERBER, I.K.G.; SOUZA, V. A., 2022. Gestão de praias marítimas brasileiras: municipalização, corresponsabilidade e adaptação. In: Gestão ambiental e sustentabilidade em áreas costeiras e marinhas: conceitos e práticas, V 2, 29. IVIDES. (no prelo).

CRISTIANO, S. C., ROCKETT, G., PORTZ, L., SOUZA-FILHO, J. R., 2020. Beach landscape management as a sustainable tourism resource in Fernando de Noronha

Island (Brazil). Marine Pollution Bulletin. 150: 110621 p. Disponível em: <[http:// Doi: 10.1016/j.marpolbul.2019.110621](http://doi.org/10.1016/j.marpolbul.2019.110621).

DOU. Termo de Execução Descentralizada – TED SPU 001/2018. Diário Oficial da União. 3, 11p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística . Censo Brasileiro de 2010. Olinda: IBGE, 2010.

MAGAROTTO, M. G., COSTA, M.F., SILVA-CAVALCANTI, J.S.; OLIVEIRA, B. L. P., 2020. Recife-Olinda The Last Frontier: Importance of Estuaries and Mangroves in Urban Environments. *Costas*, 2, (2): 9-30 p. Disponível em: [Http://DOI:10.26359/COSTAS.1302](http://doi.org/10.26359/COSTAS.1302)

MENEZES, J. L. M., 2010. Evolução Urbana e Territorial de Olinda: do Descobrimento aos Tempos Atuais - A Vila de Olinda - 1537-1630. Prefeitura de Olinda.

MORAES, J. P. C. (ED.). 2022. Iphan vira órgão-fantoches de bolsonaristas e sofre um desmonte inédito no país. [s.l.] Folha, 2022.

MOREIRA, M., COSTA, M. F., MAGAROTTO, M. G., 2015. Formatação de proposta de museu ao ar livre na praia de Boa Viagem (Recife): desvendando potencialidades da Orla da cidade. Anais: VIII Congresso sobre Planejamento e Gestão das Zonas Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa. Universidade de Aveiro, V 1.

OLIVEIRA, M. R. L. & NICOLODI, J. L., 2012. A Gestão Costeira no Brasil e os dez anos do Projeto Orla. Uma análise sob a ótica do poder público. *Revista da Gestão*

Costeira Integrada, v. 12, n. 1, p. 89-98, 2012. Disponível em:
<http://repositorio.furg.br/handle/1/2074>.

PEREIRA, L. C. C.; JIMÉNEZ, J. A.; MEDEIROS, C.; COSTA, R. M., 2007. Use and Occupation of Olinda Littoral (NE, Brazil): Guidelines for an Integrated Coastal Management. *Environmental Management*, n. 40, p. 210-218, 2007. Disponível em:
<https://doi.org/10.1007/s00267-005-0281-4>.

PEREIRA, L. S., 2022. A Geotouristic Coastal Itinerary in the Municipality of João Pessoa, Paraíba. *Geografia (Londrina)*. V 31: 53-73 p.

PEREIRA, L. S.; CUNHA, L. S., 2021. Allying the cultural heritage to geoheritage: a geotouristic coastal itinerary in the municipality of Cabedelo, Paraíba (northeast of Brazil). *Revista Do Departamento De Geografia*. V 41: 1-15p.

PEREIRA, L.S.; CARVALHO, D.M.; CUNHA, L.S., 2019. Methodology for the Semi-quantitative Evaluation of Geoheritage Applied to Coastal Geotourism in João Pessoa (Paraíba, Northeast Brazil). *Geoheritage*. V 11: 1941-1953 p.

PONTES, P. M., 2008. Morfologia e Sedimentologia das praias do litoral sul do Município de Olinda - PE - Brasil. Dissertação de Mestrado em Oceanografia da Universidade Federal de Pernambuco. 121 p.

PREFEITURA DE OLINDA. Lei Complementar n. 026. Institui o Plano Diretor de Olinda, 2004. Disponível em:
https://www.olinda.pe.gov.br/wp-content/uploads/2016/04/revisao_plano_diretor_lei026-2004_revisado_lei-32-2008.pdf.

PREFEITURA DE OLINDA. Lei Municipal n. 4849, de 23 de junho de 1992. Legislação Urbanística para Sítios Históricos. Disponível em: <https://www.olinda.pe.gov.br/tag/lei-no-484992/>.

PREFEITURA DE OLINDA. Olinda em dados. 2023. Disponível em: <https://www.olinda.pe.gov.br/a-cidade/olinda-em-dados/>.

SCHERER, M. E. G.; NICOLODI, J. L.; COSTA, M. F.; CORRIANI, N. R.; GONÇALVES, R. K.; CRISTIANO, S. C.; RAMOS, B.; CAMARGO, J. M.; SOUZA, V. A.; FISCHER, L. O.; SARDINHA, G.; MATTOS, M. P. S.; PFUETZENREUTER, A., 2020. Under New Management. *Journal of Coastal Research* 95 (SI): 945–952 p. Disponível em: <https://doi.org/10.2112/SI95-184.1>

SILVA, P. P. A. O., 2021. O papel dos índices de qualidade microbiológica das águas balneares na determinação das condições ambientais de praias urbanas de uso intenso – o caso da Região Metropolitana do Recife (RMR). Anais: 25ª Jornada de Iniciação Científica da FACEPE. Resumo.

SILVA, W.S.A., 2021. Vulnerabilidade do litoral do município de Paulista-PE à erosão costeira. Dissertação de Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34937>.

TEIXEIRA, M. M; COSTA, M. F. 2021. Patrimônio Cultural da Cidade de Olinda na Gestão Municipal da Orla: Análise Documental e Espacialização. Anais do XIV ENCOGERCO Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro Articulando políticas, instrumentos e sociedade, p.116-117. De 04 de novembro a 14 de dezembro de 2021. Online. Disponível em: https://encogerc.org.br/wp-content/uploads/2022/03/ANAIS-XIV-ENCOGERCO_Final.pdf

UNESCO. Indicadores UNESCO de cultura para el desarrollo. Manual metodológico. 2014. Disponível em:

https://es.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/iucd_manual_metodologico_1.pdf.

UNESCO. Periodic Reporting Handbook for Site Managers. 2012. Disponível em:

<https://whc.unesco.org/uploads/pages/documents/document-153-6.pdf>.

UNESCO. World Heritage List. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/>.

VENANCIO, K.K., 2022. Resposta de modelos numéricos costeiros e variações batimétricas provenientes do monitoramento de obra-piloto submersa. Tese de doutorado da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas. DOI:10.13140/RG.2.2.17533.64485.

ZACHARY, M. J.; PONZINI, D., 2021. Cultural mega-events in heritage-rich cities: Insights from the European Capital of Culture and broader policy perspectives.

Cidades [online], n. 43, p. 34-44. Disponível em:

<https://journals.openedition.org/cidades/4699>.